

Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN

*Demonstrações Financeiras para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2014
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Litoral Norte S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Litoral Norte S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos


Demonstrações do valor adicionado


Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 20 de março de 2014. A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentada para fins de comparação, não foi anteriormente auditada por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.983	692
Contas a receber	5	1.075	865
Tributos a recuperar	6	1.244	248
Despesas antecipadas		206	197
Outros		<u>4</u>	<u>12</u>
Total do ativo circulante		<u>7.512</u>	<u>2.014</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicação Financeira	4	2.650	1.505
Depósitos judiciais	12	697	563
Imobilizado	7	1.731	1.639
Intangível	8	117.203	118.256
Outros		<u>371</u>	<u>118</u>
Total do ativo não circulante		<u>122.652</u>	<u>122.081</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>130.164</u>	<u>124.095</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		3.755	7.321
Empréstimos e financiamentos	9	8.753	13.878
Impostos a recolher	10	630	688
Obrigações com empregados e administradores		1.947	1.757
Provisão para investimentos	11	-	18.306
Parte relacionada	17	4.328	1.598
Outros		<u>42</u>	<u>51</u>
Total do passivo circulante		<u>19.455</u>	<u>43.599</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	44.862	17.772
Juros sobre capital próprio a pagar e dividendos obrigatórios	17/13	1.897	1.360
Tributos a recolher	10	573	319
Tributos diferidos	16	3.442	3.452
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	12	139	120
Outros		<u>109</u>	<u>76</u>
Total do passivo não circulante		<u>51.022</u>	<u>23.099</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.a	31.394	31.394
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	17.170	17.170
Reserva de capital	13.d	777	777
Reservas de lucros	13.c /d	<u>10.346</u>	<u>8.056</u>
Total do patrimônio líquido		<u>59.687</u>	<u>57.397</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>130.164</u>	<u>124.095</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	14	42.462	37.472
Receita de construção	14	22.166	17.653
Custo dos serviços prestados	14	(25.062)	(21.452)
Custo de construção	14	(21.947)	(17.478)
LUCRO BRUTO		17.619	16.195
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(10.919)	(9.244)
Outras receitas, líquidas		117	34
Total		6.817	6.985
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	15	463	504
Despesas financeiras	15	(3.577)	(2.923)
Total		(3.114)	(2.419)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.703	4.566
Imposto de renda e contribuição social		(876)	(1.553)
Corrente	16	(886)	(1.222)
Diferido	16	10	(331)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.827	3.013
Lucro líquido por lote de mil ações (em Reais - R\$)		90,05	95,98
Quantidade de ações		31.393.516	31.393.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.827	3.013
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>2.827</u>	<u>3.013</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Adiantamentos para futuro aumento	Reserva de capital	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total	
					Legal	Investimentos	Especial			Incentivos fiscais
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		31.394	17.170	777	526	4.421	-	96	-	54.384
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	3.013	3.013
Constituição de reservas		-	-	-	145	2.753	-	115	(3.013)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	13	31.394	17.170	777	671	7.174	-	211	-	57.397
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	-	-	-	-	2.827	2.827
Transferência de reservas		-	-	-	-	(7.174)	7.174	-	-	-
Destinação do lucro líquido:										
Reserva de incentivos fiscais	13	-	-	-	-	-	-	566	(566)	-
Reserva legal	13	-	-	-	113	-	-	-	(113)	-
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,1711 por lote mil ações)	13	-	-	-	-	-	-	-	(537)	(537)
Reserva especial	13	-	-	-	-	-	1.611	-	(1.611)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		31.394	17.170	777	784	-	8.785	777	-	59.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.703	4.566
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	5.567	4.283
Resultado na baixa de imobilizado		124	103
Margem de construção	16	(219)	(175)
Variações monetárias e encargos, líquidos	9	2.892	2.676
Outros		-	9
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(210)	(842)
Impostos pagos		(921)	(1.470)
Depósitos Judiciais		(134)	(279)
Despesas antecipadas		(9)	(11)
Outros ativos		(245)	246
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.736)	6.600
Obrigações com empregados e administradores		190	147
Outras obrigações e contas a pagar		2.008	1.586
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>11.010</u>	<u>17.439</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(818)	-
Aquisição de imobilizado	7	(540)	(734)
Aquisição de intangível	8	(23.302)	(17.801)
Caixa líquido aplicado atividades de investimento		<u>(24.660)</u>	<u>(18.535)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos	9	61.637	6.256
Pagamento de empréstimos	9	(39.571)	(7.193)
Pagamento de juros de empréstimos	9	(4.125)	(2.617)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		<u>17.941</u>	<u>(3.554)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.291</u>	<u>(4.650)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		692	5.342
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>4.983</u>	<u>692</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.291</u>	<u>(4.650)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		69.571	58.708
Receita de Serviços	14	46.483	41.021
Receita de construção	14	22.971	17.653
Outras receitas		117	34
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(41.561)	(33.777)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		(12.549)	(10.801)
Custo de construção	14	(21.947)	(17.478)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.897)	(5.498)
Outros custos		(168)	-
Valor adicionado bruto		28.010	24.931
Retenções		(5.567)	(4.283)
Depreciação e amortização	7 e 8	(5.567)	(4.283)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		22.443	20.648
Valor adicionado recebido em transferência		463	504
Receitas financeiras	15	463	504
Valor adicionado total a distribuir		22.906	21.152
Distribuição do valor adicionado		22.906	21.152
Pessoal e encargos		9.268	8.572
Remuneração direta		6.863	6.252
Benefícios		1.497	1.393
FGTS		413	456
Outros		495	471
Impostos, taxas e contribuições		6.350	6.527
Federais		3.987	4.447
Estaduais		28	30
Municipais		2.335	2.050
Remuneração capital de terceiros		4.461	3.040
Juros	9	4.024	2.676
Aluguéis		78	117
Outras		359	247
Remuneração de capital próprio		2.827	3.013
Dividendos		537	-
Constituição de reserva de lucros		2.290	3.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações sobre a Companhia

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN (“CLN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000.

A CLN é controlada pela Investimento e Participação em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detem 91,5% do capital da Companhia e a Odebrecht Transport S.A detém 8,5%. A vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Nesse mesmo Termo Aditivo foram determinados novos prazos para conclusão das obras, previstas no Contrato de Concessão. Em virtude da abertura de “rotas de fuga” por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, conforme detalhado mais adiante, a Companhia vinha enfrentando uma considerável queda em suas receitas operacionais, o que levou à suspensão das obras.

Em 23 de maio de 2013 foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Estado da Bahia e com a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) onde:

- A CLN comprometeu-se, em até 45 dias contados da data de assinatura do TAC, a retomar as obras de duplicação do trecho Itacimirim/Praia do Forte, incluindo a ponte sobre o Rio Pojuca, situado na BA/099. As obras foram concluídas em maio de 2014, conforme acordado.

- O Ministério Público do Estado da Bahia comprometeu-se a suspender e posteriormente extinguir a ação civil pública contra a CLN em decorrência do não cumprimento e do atraso das obras descritas acima. A Ação foi extinta no dia 26 de setembro de 2014 por pedido de desistência formulado pelo Ministério Público.
- A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA), resolve conceder reajuste, em outubro de 2013, na tarifa praticada, após 30 dias da retomada das obras, compromete-se a retomar os reajustes anuais previstos no Contrato de Concessão 002/00 e obriga-se a concluir, no prazo máximo de 120 dias contados da assinatura do TAC, o reequilíbrio econômico financeiro deste contrato através da assinatura de um novo aditivo. Conforme previsto acima, foi concedido à CLN um reajuste tarifário de 8,7% em outubro/2013. O processo de reequilíbrio encontra-se atualmente em análise com a Procuradoria Geral do Estado da Bahia para posterior assinatura do Aditivo Contratual.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução tenham sido devidamente autorizadas pelo Poder Concedente, além de encargos e ônus decorrentes de multas por quebra de contrato com fornecedores e indenização por remuneração do capital pelo rompimento antecipado calculada com base na margem da receita prevista para o restante da concessão.

b) Vias alternativas

Rota de Fuga Vargem Grande

Em 3 de outubro de 2005, a Prefeitura Municipal de Camaçari moveu contra a Companhia, medida cautelar pleiteando a manutenção das vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, bem como liminar suspendendo as ações de bloqueio dessas vias pela Companhia. A Companhia apresentou recurso e obteve, em 7 de março de 2006, a revogação da referida liminar, considerando que a perda de receitas proveniente da evasão de pedágio afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em agosto de 2006, a 1ª Vara Cível de Camaçari julgou em primeira instância procedente a ação, determinando a abertura das vias de acesso “alternativas”. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça da Bahia que foi julgado improcedente e, posteriormente, Embargos de Declaração os quais foram negados provimento pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 27 de junho de 2008, a Companhia protocolou no TJ-BA, Recurso Especial e Extraordinário para apreciação da admissibilidade. O Recurso Especial foi admitido pelo STJ e julgado improcedente em novembro de 2013, desta decisão a CLN apresentou Embargos de Declaração que foram julgados procedentes à unanimidade em maio de 2014. Tal decisão foi mantida pelo STF em dezembro de 2014. Com isso todos os julgamentos desfavoráveis à Companhia foram anulados para a realização de perícia, e posteriormente será proferida sentença na primeira instância.

Rota de Fuga Las Palmas

No ano de 2008, a Companhia moveu uma Ação Civil Coletiva contra o Estado da Bahia, AGERBA e Prefeitura Municipal de Camaçari objetivando o reconhecimento da via Las Palmas como uma rota de fuga e, conseqüentemente, o seu fechamento. No próprio ano de 2008, a Companhia obteve uma decisão liminar autorizando o fechamento da rota de fuga, decisão esta que foi suspensa pela presidência do TJ/BA quando do julgamento da Suspensão de Liminar proposta pelo Estado da Bahia. Cumpre salientar que além da dita suspensão o Estado da Bahia e a AGERBA interpuseram recurso de Agravo de Instrumento para a 2ª Câmara do TJ/BA, que foram julgados improcedentes à unanimidade pela turma julgadora. Com esta decisão, a Companhia requereu o cumprimento da decisão dos agravos sob a tese de que por ser posterior a decisão da Suspensão de Liminar, prevaleceria sobre esta, o que foi acatada inicialmente, pelo MM. Juízo da 5ª Vara de Fazenda Publica que posteriormente voltou atrás em julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Município de Camaçari. Desta decisão a CLN interpôs Agravo de Instrumento obtendo decisão monocrática favorável e conseqüentemente fechando a Rota de Fuga. No entanto, em dezembro de 2013, a Turma julgou o Agravo de Instrumento interposto improcedente, o que ensejou que a Companhia apresentasse Recurso Especial que se encontra pendente de julgamento. A ação principal que julga o mérito encontra-se também pendente de julgamento, todavia, em 06 de março de 2014, o Estado da Bahia, através da Procuradoria Geral do Estado – PGE reconheceu no processo que Las Palmas é uma rota de fuga, pedindo ainda que o Juiz considerasse esse posicionamento quando da prolação de sentença.

A Administração entende, com base na opinião de seus assessores legais, que o bloqueio das rotas de fuga está amparado pelo Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado da Bahia e que não é pertinente a fundamentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Camaçari de disponibilização de vias alternativas, uma vez que esta não possui autorização formal do poder concedente para manutenção de vias de acesso municipais à rodovia BA-099 (rodovia estadual). Paralelamente, a Companhia anexou ao processo em questão a certidão expedida pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia -DERBA, em 20 de março de 2001, que menciona as vias de acesso alternativo à rodovia BA-099, a qual não considera as vias de acesso municipal.

c) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$11.943 (R\$41.585 em 31 de dezembro de 2013) devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo. A Administração da Companhia e da controladora Invepar têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, os acionistas efetuarão aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da CLN.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 27 de março de 2015 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receitas de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado a medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.9. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.12. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas de pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.13. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.18. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.19. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.20. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros do grupo, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. O grupo quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32 - Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O grupo não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos - O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O grupo não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos pronunciamentos contábeis

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:

IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.

IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (CPC 38) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigentes:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

- Alteração no IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.

- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações no pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “bearer plants” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras, no entanto não são esperados impactos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos conta movimento	683	692
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>4.300</u>	<u>-</u>
	<u>4.983</u>	<u>692</u>

As aplicações financeiras são remuneradas a 100% do índice dos certificados de depósitos interbancários - CDI e as mesmas possuem liquidez imediata podendo os valores ser resgatados a qualquer momento sem alteração de valor.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Não Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>2.650</u>	<u>1.505</u>
	<u>2.650</u>	<u>1.505</u>

As aplicações financeiras, registradas no ativo não circulante, no montante de R\$2.650 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.505 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB do Banco do Nordeste do Brasil. Tais aplicações são remuneradas a 96% do índice dos certificados de depósito interbancário - CDI e mantidas até o vencimento pela Companhia por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber é de R\$1.075 (R\$865 em 31 de dezembro de 2013) cujo montante de R\$896 (R\$842 em 31 de dezembro de 2013) é referente a parte relacionada PEX S.A., empresa controlada por sua controladora Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR que tem como objetivo social a cobrança automática de pedágios (“Passe Expresso”), em que o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema pré-pago, sendo esse serviço prestado pela PEX S.A, seu prazo médio de recebimento é de 40 dias. (Ver Nota Explicativa nº 17).

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	14	15
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>1.230</u>	<u>233</u>
	<u>1.244</u>	<u>248</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxas médias anuais de <u>depreciação %</u>	<u>Custo</u>	Depreciação <u>acumulada</u>	Saldo em <u>31/12/2014</u>	Saldo em <u>31/12/2013</u>
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	10	1.145	(1.035)	110	112
Móveis e utensílios	10	695	(336)	359	306
Veículos	20	1.304	(558)	746	793
Equipamentos de informática	20	1.275	(768)	507	420
Outros	25	<u>15</u>	<u>(6)</u>	<u>9</u>	<u>8</u>
Total		<u>4.434</u>	<u>(2.703)</u>	<u>1.731</u>	<u>1.639</u>

Segue abaixo a movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Custo				
Máquinas e equipamentos	1.133	16	(4)	1.145
Móveis e utensílios	596	107	(8)	695
Veículos	1.351	272	(319)	1.304
Equipamentos de informática	1.056	239	(20)	1.275
Outros	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
Total	<u>4.151</u>	<u>634</u>	<u>(351)</u>	<u>4.434</u>
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(1.021)	(15)	1	(1.035)
Móveis e utensílios	(290)	(48)	2	(336)
Veículos	(558)	(210)	210	(558)
Equipamentos de informática	(636)	(145)	14	(767)
Outros	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Total	<u>(2.512)</u>	<u>(418)</u>	<u>227</u>	<u>(2.703)</u>
Imobilizado líquido	<u>1.639</u>	<u>216</u>	<u>(124)</u>	<u>1.731</u>

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	10	1.133	(1.021)	112	120
Móveis e utensílios	10	596	(290)	306	233
Veículos	20	1.351	(558)	793	681
Equipamentos de informática	20	1.056	(636)	420	330
Outros	25	<u>15</u>	<u>(7)</u>	<u>8</u>	<u>9</u>
Total		<u>4.151</u>	<u>(2.512)</u>	<u>1.639</u>	<u>1.373</u>

Segue abaixo a movimentação do imobilizado de 2013:

	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013
Custo				
Máquinas e equipamentos	1.289	7	(163)	1.133
Móveis e utensílios	484	112	-	596
Veículos	1.381	422	(452)	1.351
Equipamentos de informática	863	193	-	1.056
Outros	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
Total	<u>4.032</u>	<u>734</u>	<u>(615)</u>	<u>4.151</u>
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(1.169)	(14)	162	(1.021)
Móveis e utensílios	(251)	(39)	-	(290)
Veículos	(700)	(208)	350	(558)
Equipamentos de informática	(531)	(105)	-	(636)
Outros	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Total	<u>(2.658)</u>	<u>(366)</u>	<u>512</u>	<u>(2.512)</u>
Imobilizado líquido	<u>1.374</u>	<u>368</u>	<u>(103)</u>	<u>1.639</u>

8. INTANGÍVEL

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão da Companhia e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição:

<u>Custo</u>	<u>Taxas médias anuais de amortização %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>
Software	20	936	(406)	530	409
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	137.839	(21.333)	116.506	84.782
Intangível em andamento		<u>167</u>	<u>-</u>	<u>167</u>	<u>33.065</u>
Total		<u>138.942</u>	<u>(21.739)</u>	<u>117.203</u>	<u>118.256</u>

Segue abaixo a movimentação do intangível:

	<u>Saldos em 31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldos em 31/12/2014</u>
Custo				
Software	715	221	-	936
Direito de concessão de serviços públicos	101.066	1.721	35.052	137.839
Intangível em construção	14.759	2.154	(16.746)	167
Compromissos para investimentos	<u>18.306</u>	<u>-</u>	<u>(18.306)</u>	<u>-</u>
Total	<u>134.846</u>	<u>4.096</u>	<u>-</u>	<u>138.942</u>
Amortização				
Software	(306)	(100)	-	(406)
Direito de concessão de serviços públicos	<u>(16.284)</u>	<u>(5.049)</u>	<u>-</u>	<u>(21.333)</u>
Total	<u>(16.590)</u>	<u>(5.149)</u>	<u>-</u>	<u>(21.739)</u>
Intangível líquido	<u>118.256</u>	<u>(1.053)</u>	<u>-</u>	<u>117.203</u>

<u>Custo</u>	<u>Taxas médias anuais de amortização %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>	<u>Saldo em 31/12/2012</u>
Software	20	715	(306)	409	39
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	101.066	(16.284)	84.782	85.853
Intangível em andamento		<u>33.065</u>	<u>-</u>	<u>33.065</u>	<u>-</u>
Total		<u>134.846</u>	<u>(16.590)</u>	<u>118.256</u>	<u>85.892</u>

Segue abaixo a movimentação do intangível de 2013:

	Saldos em <u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	Saldos em <u>31/12/2013</u>
Custo				
Software	164	10	414	588
Direito de concessão de serviços públicos	95.592	421	3.589	99.602
Intangível em andamento	2.681	35.851	(4.003)	34.529
Outros	<u>127</u>	-	-	<u>127</u>
Total	<u>98.564</u>	<u>36.282</u>	-	<u>134.846</u>
Amortização				
Software	(125)	(54)	-	(179)
Direito de concessão de serviços públicos	(12.420)	(3.864)	-	(16.284)
Intangível em andamento	-	-	-	-
Outros	(127)	-	-	(127)
Total	<u>(12.672)</u>	<u>(3.918)</u>	-	<u>(16.590)</u>
Intangível líquido	<u>85.892</u>	<u>32.364</u>	-	<u>118.256</u>

(*) A amortização do direito de concessão é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram realizados investimentos no montante de R\$18.306 cujo montante foi transferido da rubrica "Compromissos para investimentos" para a rubrica "Direito de concessão de serviços públicos". Em junho de 2014, ocorreu a conclusão da obra e a sua entrada em uso, representando a transferência dos valores da rubrica de "Intangível em construção" para "Direito de concessão de serviços públicos", no montante de R\$16.746 bem como a reversão dos "Compromissos para investimentos" no montante de R\$18.306.

Compromissos para investimento correspondem a contrapartida da conta de Provisão para investimento, registrada no passivo, conforme descrito na Nota 11.

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2014, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituição financeira</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
HSBC	Reais	CDI+1,51%	Abr/2016	7.941	13.163
BRABESCO	Reais	CDI+0,20%	Mai/2015	-	1.961
VOTORANTIM	Reais	CDI+0,27%	Abril/2015	-	3.208
BNB - FNE - Proinfra	Reais	9,5%	Nov/2017	10.536	13.859
BNB - FNE - Proinfra II	Reais	4,12%	Dez/2024	<u>35.614</u>	-
				54.092	32.191
Custos de transação a apropriar				<u>(477)</u>	<u>(541)</u>
				53.615	31.650
Circulante				<u>8.753</u>	<u>13.878</u>
Não circulante				<u>44.862</u>	<u>17.772</u>

	<u>31/12/2013</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização</u>		<u>Juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2014</u>
			<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>incorridos</u>		
Passivo Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	3.360	-	(3.311)	(1.412)	1.404	3.382	3.423
HSBC	5.413	-	(5.167)	(1.335)	1.280	5.167	5.358
BRABESCO	1.961	2.886	(4.827)	(224)	204	-	-
VOTORANTIM	3.208	2.200	(5.390)	(349)	331	-	-
Mútuo INVEPAR	-	20.876	(20.876)	(805)	805	-	-
Custos a Amortizar	<u>(64)</u>	<u>64</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28)</u>	<u>(28)</u>
	13.878	26.026	(39.571)	(4.125)	4.024	8.521	8.753
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	10.499	35.611	-	-	-	(3.382)	42.728
HSBC	7.750	-	-	-	-	(5.167)	2.583
Custos a Amortizar	<u>(477)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28</u>	<u>(449)</u>
	<u>17.772</u>	<u>35.611</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.521)</u>	<u>44.862</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>31.650</u>	<u>61.637</u>	<u>(39.571)</u>	<u>(4.125)</u>	<u>4.024</u>	<u>-</u>	<u>53.615</u>

	<u>31/12/2012</u>	<u>Amortização</u>		<u>Juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2013</u>
		<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>incorridos</u>		
Passivo Circulante						
BNB - FNE - Proinfra	3.301	(3.241)	(1.102)	1.091	3.311	3.360
HSBC S/A	2.797	(2.583)	(1.507)	1.539	5.167	5.413
BRABESCO	-	1.941	(8)	28	-	1.961
VOTORANTIM	-	3.190	-	18	-	3.208
Custos a Amortizar	<u>(201)</u>	<u>201</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(64)</u>	<u>(64)</u>
	5.897	(492)	(2.617)	2.676	8.414	13.878
Passivo Não Circulante						
BNB - FNE - Proinfra	13.810	-	-	-	(3.311)	10.499
HSBC S/A	12.917	-	-	-	(5.167)	7.750
Custos a Amortizar	<u>(96)</u>	<u>(445)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>64</u>	<u>(477)</u>
	26.631	(445)	-	-	(8.414)	17.772
Total financiamentos	<u>32.528</u>	<u>(937)</u>	<u>(2.617)</u>	<u>2.676</u>	<u>-</u>	<u>31.650</u>

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	-	8.075
2016	6.069	6.069
2017	6.611	3.628
2018	4.207	-
2019 em diante	<u>27.975</u>	<u>-</u>
Total	<u>44.862</u>	<u>17.772</u>

Os recursos captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil são oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste - FNE-PROINFRA estão sendo amortizados em parcelas mensais desde dezembro de 2007, incidindo juros de 9,5% a.a. com bônus de adimplência de 15%. Em 2014 foi captado o montante de R\$35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidirão juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses serão pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período serão pagos juros mensalmente junto com as parcelas de principal.

Os juros referentes aos recursos captados junto ao HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo, serão amortizados semestralmente e o principal, após 02 anos de carência, a uma taxa pré-fixada de 1,51% a.a. e encargos indexados à 100% do CDI da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Em 24 de março de 2014, foi celebrado Contrato de Mútuo mediante Abertura de Crédito com a Invepar, no montante de até R\$ 21.000, liquidado em 8 de agosto de 2014.

Garantias:

- a) O 1º e 2º financiamento do Banco do Nordeste do Brasil é garantido pelo penhor de ações ordinárias e fiança da controladora Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar, bem como a vinculação de recebíveis da receita total diária da arrecadação de pedágio, cessão de indenização em caso de perda de arrecadação e fundo de liquidez equivalente a aproximadamente 10% do saldo devedor no montante de R\$1.107 (R\$1.505 em 31 de dezembro de 2013), para o 1º financiamento e R\$ 1.543, equivalente a 03 (três) parcelas de maior valor, para o 2º financiamento, conforme Nota Explicativa nº 4;
- b) O financiamento do HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo têm como garantia o Aval da controladora Invepar.

10. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pis e Cofins	169	156
ISS	317	310
IRRF e CSRF	80	64
INSS sobre terceiros	64	134
Outros	-	<u>24</u>
Total circulante	<u>630</u>	<u>688</u>
Imposto de renda	169	-
Pis e Cofins (a)	<u>404</u>	<u>319</u>
Total não circulante	<u>573</u>	<u>319</u>

- (a) A Companhia possui depósitos judiciais para cobertura de tais obrigações (vide nota explicativa nº12).

11. PROVISÃO PARA INVESTIMENTOS EM AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DA RODOVIA

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e mais conforto aos usuários.

Em 20 de junho de 2013, foi deliberada em reunião do conselho de administração, a realização de investimentos no montante de R\$32.500 para duplicação da rodovia BA-099, no trecho compreendido entre Itacimirim/Praia do Forte e construção da ponte sobre o Rio Pojuca, concluída em maio de 2014.

Segue abaixo a movimentação da provisão:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	18.306	-
Constituição da provisão	-	32.500
Realização dos investimentos	<u>(18.306)</u>	<u>(14.194)</u>
Saldo final	<u>-----</u>	<u>18.306</u>

12. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia apresenta os valores abaixo, separados por natureza, identificados como contingência cujo o desembolso futuro foi avaliado como provável:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas (a)	88	95
Cíveis (b)	<u>51</u>	<u>25</u>
	<u>139</u>	<u>120</u>

(a) Trabalhistas - referem-se, basicamente, a processos de reclamações trabalhistas de ex-funcionários da Companhia.

(b) Cíveis - referem-se, basicamente, a processos judiciais sobre responsabilidade civil da Companhia de autoria dos usuários da via.

Os processos judiciais considerados como perda possível possuem o montante abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas	267	288
Cíveis	5.922	381
Tributários	452	250
Ambiental	<u>107</u>	<u>162</u>
	<u>6.748</u>	<u>1.081</u>

Além dos processos acima, a Companhia vem discutindo judicialmente processo referente a vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.b.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém depósitos judiciais distribuídos conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas	91	83
Cíveis	9	6
Tributários	<u>597</u>	<u>474</u>
	<u>697</u>	<u>563</u>

A Companhia vem depositando em juízo PIS e COFINS referentes aos processos judiciais.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$31.394 e está representado por 31.393.516 ações sem valor nominal, sendo 10.467.476 ordinárias e 20.926.040 preferenciais classe A, que para efeito de subscrição têm valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

O capital social autorizado é de 32.000.000 ações.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe A, que não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, fazem jus às seguintes vantagens:

- I. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- II. Direito a dividendo mínimo de R\$0,01 (um centavo de real) por lote de mil ações. No caso de prejuízo, não há esse dividendo mínimo.
- III. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas de qualquer natureza.
- IV. Direito integral a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados a partir da data da respectiva subscrição, sempre em ações da mesma classe das bonificadas ou desdobradas.
- V. Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia sem prêmio.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está assim constituída:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR	10.463.020	18.257.592	28.720.612
Odebrecht Transport S.A. - OTP	-	2.668.448	2.668.448
Outros	4.456	-	4.456
Total	<u>10.467.476</u>	<u>20.926.040</u>	<u>31.393.516</u>

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2014 e 31/12/2013</u>
INVEPAR	15.711
Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO (*)	<u>1.459</u>
	<u>17.170</u>

(*) O saldo atualmente devido pela CNO está em processo de discussão para sua transferência para a OTP.

O adiantamento para futuro aumento de capital foi originado de contratos de mútuo celebrados com as investidoras, os quais foram convertidos a valor histórico em AFAC depois de autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A administração da Companhia estima que a capitalização do AFAC ocorra na próxima Assembleia de acionistas em 2015.

Conforme a cláusula 2ª do instrumento de conversão, o valor convertido para AFAC não poderá ser devolvido ou creditado para quitação, no seu valor parcial ou total.

c) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, o montante dessa reserva era de R\$ 671 e em 31 de dezembro de 2014, R\$ 784.

(ii) Reserva especial e investimentos

Em 31 de dezembro de 2014, a reserva de investimentos totalizava R\$7.174 e foi transferida em sua totalidade para reserva especial.

O saldo de lucros acumulados após a apropriação das demais reservas de lucros foi transferido para a reserva especial, totalizando o montante de R\$ 8.785 a ser realizada de acordo com estimativas da companhia, conforme deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em abril de 2015.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	2.827	3.013
(-) Subvenções referente ao Lucro da Exploração	<u>(566)</u>	<u>(115)</u>
Lucro antes da destinação	<u>2.261</u>	<u>2.899</u>
Reserva legal - 5%	113	145
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	537	-
Reserva especial	1.611	-
Reserva de investimento	-	2.753

d) Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía ainda reserva de lucro de incentivos fiscais referente a lucro de exploração no montante de R\$777 e reserva de capital no montante de R\$777 vinculadas a incentivos fiscais (redução de imposto de renda).

14. RECEITA, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receita

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita de pedágio	46.483	41.021
ISS	(2.323)	(2.050)
PIS	(302)	(267)
COFINS	<u>(1.396)</u>	<u>(1.232)</u>
Receita líquida de serviços	42.462	37.472
Receita de construção	<u>22.166</u>	<u>17.653</u>
Receita Total	<u>64.628</u>	<u>55.125</u>

Custos e Despesas por natureza

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal e encargos	(10.557)	(9.843)
Conservação e manutenção	(5.101)	(6.268)
Comunicação, Marketing e Publicidade	(353)	(361)
Seguros e garantias	(264)	(276)
Serviços de terceiros	(2.605)	(2.384)
Veículos	(549)	(548)
Consultoria e Assessoria	(1.289)	(662)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aluguéis e impostos	(220)	(241)
Energia Elétrica	(192)	(185)
Compartilhamento de despesas (a)	(3.318)	(2.824)
Depreciação e amortização	(5.567)	(4.283)
Custo de construção	(21.947)	(17.478)
Outros	<u>(5.966)</u>	<u>(2.821)</u>
	<u>(57.928)</u>	<u>(48.174)</u>
Custo de serviços prestados	(25.062)	(21.452)
Despesas gerais e administrativas	(10.919)	(9.244)
Custo de construção	<u>(21.947)</u>	<u>(17.478)</u>
	<u>(57.928)</u>	<u>(48.174)</u>

(a) Serviços compartilhados referem-se basicamente a rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo Invepar ao qual a Companhia pertence, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado (ver nota explicativa nº 17).

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	327	504
Variação monetária ativa	134	-
Outros	<u>2</u>	<u>-</u>
Total das receitas financeiras	<u>463</u>	<u>504</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(358)	(247)
Juros passivos sobre empréstimos	<u>(3.219)</u>	<u>(2.676)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(3.577)</u>	<u>(2.923)</u>
Total resultado financeiro	<u>3.114</u>	<u>2.419</u>

Do total das despesas com empréstimos no montante de R\$4.024, R\$805 foram capitalizados no intangível.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia constituiu tributos diferidos passivos referentes à adoção inicial das normas ICPC 01 e OCPC 05 referente a contabilização de concessões, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

16.1. Tributos diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízo fiscal	27	-
Base negativa da contribuição social	10	-
Participação nos lucros e resultados	209	184
Pis e Cofins - Exigibilidade suspensa	184	108
Outros	104	-
Receita de construção	(19.756)	(12.220)
Custo de construção	19.457	11.997
Amortização do intangível - RTT	(3.573)	(3.394)
Outros - RTT	<u>(104)</u>	<u>(127)</u>
	<u>(3.442)</u>	<u>(3.452)</u>

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Exercícios

2015	453
2016	2
2017	2
2018	2
2019 em diante	<u>75</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>534</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(3.976)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>(3.442)</u>

16.2. Reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	3.703	4.566
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.259)	(1.552)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período		
Adições permanentes	(246)	(270)
Exclusões permanentes		26
(-) Subvenções referente ao Lucro da Exploração *	566	115
Outras (adições) exclusões	<u>63</u>	<u>128</u>
Total dos impostos no resultado	(876)	(1.553)
IR e CSLL correntes	(886)	(1.222)
IR e CSLL diferidos	10	(331)

(*) Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 1/01/2014. Tal benefício é concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia avaliou os impactos desta lei e definiu que não fará a adoção antecipada, através da DCTF referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), tanto para as regras dos art1º, 2º e 4º a 70, quanto às regras dos art. 76 a 92. A administração não espera impactos significativos no próximo exercício.

17. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui saldos provenientes de transações com partes relacionadas referentes a adiantamento para futuro aumento de capital divulgado na Nota Explicativa nº 13b, juros sobre capital próprio no montante de R\$1.360 e o rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas com a estrutura administrativa do grupo ao qual a Companhia pertence no valor de R\$ 4.328 (R\$ 3.318 registrado no resultado), (R\$ 805 capitalizados no intangível) e repasses a receber da PEX S.A. de R\$ 896, conforme Nota Explicativa nº 5.

A Companhia não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2014, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.645.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica, totalizaram R\$ 1.339 no período findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.141 em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Honorários	725	550
Encargos/Benefícios	<u>614</u>	<u>591</u>
Total	<u>1.339</u>	<u>1.141</u>

18. SEGUROS

A Companhia mantém seguro garantia e seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, conforme demonstrado abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Seguro garantia	5.011	22/02/14 a 23/02/15	Ace Seguradora	(a)
Responsabilidade civil geral	50.000	01/08/14 a 01/08/15	Tokio Marine	(b)
Riscos operacionais	200.000	01/08/14 a 01/08/15	Tokio Marine	(c)

- (a) Garantir a execução das obrigações firmadas assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado em 21 de fevereiro de 2000.
- (b) Garantir, até o limite máximo da importância segurada, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela seguradora, relativas a reparações por danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros.
- (c) Garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nessas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014 e de 2013 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de tributos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado não foi determinado pelas seguintes razões: (i) não são objeto de transação em nenhum mercado; e (ii) eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado pela taxa e indicadores especificados nos contratos.

Fatores de risco

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

c) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente se houver necessidade de proteção de passivos, seja de natureza operacional ou financeira, ou ainda, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com essa finalidade, sendo vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a Companhia não possuía operações com *hedge* ou derivativos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 6.950 e R\$ 53.615, respectivamente em 31 de dezembro de 2014.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham um efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado (CETIP).

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Caixa e equivalente	CDI	4.300	522	392	261
Aplicações financeiras	CDI	2.650	322	241	161
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - HSBC	CDI	7.942	(964)	(1.205)	(1.446)
<u>Referência para ativos financeiros</u>					
CDI (% ao ano)		12,14%	9,11%	6,07%	
<u>Referência para passivos financeiros</u>					
CDI (% ao ano)		12,14%	15,18%	18,21%	

Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e financiamentos	53.615	31.650
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(7.633)</u>	<u>(2.197)</u>
Dívida líquida	45.982	29.453
Patrimônio líquido	59.687	57.397
Índice de alavancagem financeira	77%	51%

20. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia possui no período as transações não caixa abaixo que foram excluídas do fluxo de caixa. Estas transações são referentes a provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Constituição da provisão para investimento	-	18.306
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	805	-
Aquisição de imobilizado ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	200	106
Aquisição de intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	<u>1.411</u>	<u>3.335</u>
Total	<u>2.416</u>	<u>21.747</u>